

Lei do financiamento do Sector Social é o próximo objetivo



Director Padre Lino Maia
Director-Adjunto Padre José Baptista

Mensal | Março 2025 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 311



SOLIDARIEDADE

CONSELHO GERAL

Direção apresentou Relatório de Atividades e Contas do ano de 2024



TORRES VEDRAS

Creche do Povo: há cinco décadas a fazer crianças felizes



UISEU

AHPV apostou na hipoterapia e vai abrir um Centro de Dia inovador



iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Aprovado por dermatologistas

Eugénio Fonseca



Sem Paz não há futuro

Acabei de ler, há poucos dias, o livro que se intitula a **“Esperança”** que é a autobiografia do Papa Francisco. Nem sequer me sinto obrigado, por ser cristão católico, a declarar o meu conflito de interesses, porque considero tão importante o conteúdo do livro que o recomendo a toda a gente, independentemente, de ser ateu agnóstico ou pertencer a qualquer religião. Aos católicos nem sequer recomendo, afirmo que deveriam sentir-se na obrigação de o ler. Depois de o fazermos, poderemos concordar ou não com algumas posições e afirmações do autor, mas sem ler o livro é que não podemos, cada um com as possibilidades que tem, de discordar e tornar públicas as suas dissensões. O próprio autor admite e deseja isso mesmo.

Na verdade, tinha pensado em outro assunto para o meu modesto texto para este mês. Porém, o que se passou, no passado dia 28, na Casa Branca, nos EUA, fez-me optar pelo tema que proponho à vossa reflexão. Faço-o, apenas e só, na perspetiva de um cidadão do mundo que há muito se sente atento e preocupado com as estratégias geopolíticas a nível económico, de ideologias fundamentalistas ou populistas, de modelos de governanças, Quero acreditar que o que se passou no encontro entre os presidentes dos EUA e da Ucrânia seja um acontecimento da má sorte de um dos homens mais poderosos do mundo. Para além do péssimo acolhimento, chegou a responsabilizar o seu hóspede de poder vir a ser o responsável pela terceira guerra mundial. A realidade é que ela já está a acontecer, embora, aos pedaços, como algumas vezes tem dito o Papa Francisco.

Porque é que trago este tema para um jornal dirigido a todo o público, mas com uma especificidade maior para todos os que se interessam ou estão mesmo envolvidos no setor social e solidário, particularmente, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)? É que se trata de um setor com condições adequadas, particularmente nas faixas etárias infantis e juvenis, mas mesmo noutras idades, sem esquecer a relação com a comunidade envolvente. Nas instituições abrangidas por estes setores aprendem-se, desde a mais tenra idade,

todos os valores que são necessários para uma sociedade onde exista: mais coesão social; maior solidariedade; uma sensibilidade acrescida pela diferença; um cuidado pelos outros, sobretudo pelos mais vulneráveis; mais sentido de justiça; um respeito mais sensível pelos animais e por tudo o que faz parte da Natureza; um desenvolvimento cognitivo progressivo; a ocupação feliz dos tempos livres. Infelizmente, sabemos que ainda há muitos concidadãos sem acesso às respostas sociais ou socioeducativas das IPSS; que nem sempre os pais ou filhos orientam as suas famílias pelos mesmos critérios educativos ou de cuidados humanos integrais, que se procuram inculcar nos seus familiares; que os meios sociais, com particular preocupação para as redes sociais, exercem, hoje, uma influência incontável sobre as pessoas, geradora de problemas pessoais e sociais, por vezes, muito graves. O *bullying* nas escolas e nos locais de trabalho ou a violência no namoro ou a entre casais, assim como os conflitos entre gangs, quase sempre, provenientes de bairros críticos, entre outras situações onde a paz é posta em causa. Refiro-me ao nosso país, mas a nível internacional são numerosos os países em guerra, apesar de se falar, apenas com maior frequência, de Israel e o Hamas, da Rússia e Ucrânia. São 59, os países em guerra por todo o mundo.

A propósito da guerra e da paz, permitam-me que, a partir de agora, passe a opinar menos e a dar a conhecer mais o pensamento do Papa, transcrevendo alguns dos trechos do capítulo 21, do livro, acima referido, que tem como título, *“O escândalo da Paz”*. Ele refere-se à devastação já causada pelo conflito existente entre a Rússia e a Ucrânia e faz o que está ao seu alcance que é o apelo à paz. Reconhece que não é fácil, por isso, diz: *«O caminho da paz tem os seus riscos, é certo, mas comporta riscos infinitamente maiores o caminho das armas, a compulsão para repetir uma eterna corrida aos armamentos que contamina a alma e subtrai enormes recursos a utilizar para combater a desnutrição, para garantir tratamentos médicos a todos, para edificar a justiça, em suma, para entrar verdadeiramente na única via que*

pode evitar a autodestruição da humanidade.¹». A maioria das guerras, senão a sua maior parte, tem fundamentos económicos. Nestes casos, eu preferiria chamar-lhes financeiros, porque a economia é uma ciência muito mais abrangente e, por vezes, a sua área financeirista torna-se perversa. Ora, este negócio tornou-se, conjuntamente com o tráfico humano e o das drogas, dos mais rentáveis a nível mundial. Depressa se constroem e se deslocam fábricas construtoras de armamento. Em quase todos os países as percentagens dos PIB neste setor são mais elevadas que na educação, saúde, habitação, cultura, níveis salariais. Sobre isto, Francisco é muito objetivo: *«Se não se fabricassem armas durante um ano, a fome no mundo acabaria por completo, um só dia sem despesas militares salvaria 34 milhões de pessoas, mas, em vez disso, escolhe-se aumentar as despesas militares, tal como nunca aconteceu... e fabricar a fome. Sou suficientemente velho para ter visto, com os meus próprios olhos que a guerra é sempre um caminho sem meta: não abre perspectivas, não resolve nada, gangrena tudo e deixa o mundo pior do que o encontrou.»²*

A paz é possível! Expressou, algumas vezes, essa convicção, o S. Paulo VI. Pode ser uma utopia, mas cheia de potencialidades de ser muito promissora, porque prenhe de esperança. Bastaria, apenas, sermos desde pequenos, mas também ao longo da vida, educados contra a violência e pela paz. Há já instrumentos pedagógicos elaborados para esse efeito. Sugiro, pelos menos, a alguns dirigentes das nossas IPSS, que experimentem. É esse o apelo que o Papa Francisco nos faz: *«Não obstante, não podemos render-nos, não podemos cansar-nos de lançar sementes de reconciliação. Não podemos ceder nem à retórica nem à psicose belicista, pois o destino da humanidade, não pode ser o de construir reinos armados até aos dentes que se enfrentam no medo (...) devemos cultivar a certeza de que cada semente de paz dará o seu fruto. Tal como todas as ações de guerra, também a guerra das palavras afasta o momento em que “justiça e paz se beijarão” (Sl 84 11).³*

Estou convicto de «Sem Paz não há futuro». Haverá alguém que discorde?

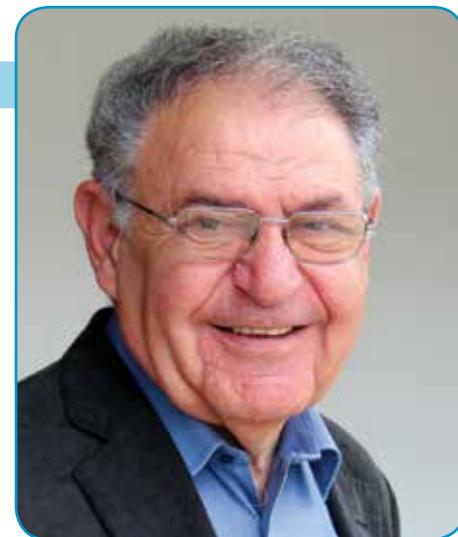
¹ Cf. FRANCISCO, *Esperança: A Autobiografia*, Lisboa, Nascente- Penguin Random House Grupo Editorial, Unipessoal, Lda, 2025, 284.

² Cf, *Ibidem*, 285.

³ Cf, *Ibidem*, 286.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Compromisso de Cooperação 2025-2026

1. O Compromisso de Cooperação entre o Estado Português e as Entidades Representativas do Setor Social e Solidário (ERSSS) para o biénio 2025-2026 reflete o reconhecimento da importância estratégica do setor social e solidário como parceiro do Estado Português. Esta visão do setor social e solidário como parceiro estratégico do Estado foi plasmada com a referência clara para a necessidade de se criarem modelos que visem a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário, de acordo com as tipologias de respostas, o custo real do utente, a inflação e o aumento da retribuição mínima mensal garantida.

Para tal, foi constituído um grupo de trabalho para a definição de uma fórmula de financiamento para cada resposta social através do Despacho n.º 7321/2024, de 5 de julho, que não só desenvolveu um trabalho de análise e estudo do custo real de cada resposta social, como também definiu a ponderação de fatores necessários para garantir que a fórmula de financiamento a criar garantisse a previsibilidade e a estabilidade necessárias às instituições do setor social e solidário.

Em convergência com o Pacto de Cooperação assinado em 21 de dezembro de 2021, o Compromisso de Cooperação para o biénio 2025-2026, de forma progressiva e anual, pretende assegurar o reforço do valor das participações da segurança social, no âmbito dos acordos de cooperação, de forma a atingir uma repartição equitativa dos custos médios por utente (50%), sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior envolvimento do Estado.

Assim, no seguimento do trabalho realizado entre Governo e ERSSS de estabilização do custo médio real de cada resposta social, bem como da estabilização da percentagem de participação financeira do Estado Português, no Compromisso de Cooperação para o biénio 2025-2026 o Governo comprometeu-se a fazer

todos os esforços para, até ao final da legislatura, assegurar a repartição equitativa dos custos médios por utente de todas as respostas sociais.

2. Para efeitos de definição da fórmula de atualização anual automática do financiamento para cada resposta social que traduza os critérios de apuramento dos montantes a transferir anualmente pelo Estado são considerados os seguintes fatores de atualização os encargos com os recursos humanos, multiplicando a percentagem de atualização da RMMG pelo fator de 70% (enquanto ponderação dos custos totais de atualização de cada resposta social) e a despesa corrente primária, multiplicando a variação média do índice de preços do consumidor, no respetivo ano, pelo fator de 30% (enquanto ponderação dos custos totais de atualização de cada resposta social).

Assim, com efeitos a 1 de janeiro de 2025:

. As respostas sociais Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Lar Residencial consolidam a atualização extraordinária de 3,5% realizada em outubro de 2024;

. As respostas sociais com acordos típicos e atípicos terão a participação financeira do Estado atualizada em 4,9%;

. A resposta social de ERPI: além de consolidar a atualização extraordinária de 3,5% realizada em outubro de 2024 e da participação financeira atualizada em 4,9%, beneficia de um reforço de 7,1%;

. A resposta social de Creche, além da participação financeira atualizada em 4,9%, beneficia de um reforço de 3,8% (até 31 de dezembro de 2024 o pagamento deficitário era de 473,80€ e agora passa a ser de 515€);

. A resposta social de Centro de Dia, além da participação financeira atualizada em 4,9%, beneficia de um reforço de 1,2%;

. A resposta social de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), além

da participação financeira atualizada em 4,9%, beneficia de um reforço de 1,1%;

. A resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD): estabiliza na atualização extraordinária de 3,5% realizada em outubro de 2024 - presentemente, a participação já ultrapassa os 50% dos custos;

. A resposta social de CAFAP não tem qualquer atualização - presentemente, a participação já chega a ser superior a 100% dos custos;

. A resposta social de CATL sem Almoço não tem qualquer atualização - presentemente, a participação já ultrapassa os 50% dos custos.

3. Na sua quase totalidade, o que se refere nos números anteriores está plasmado no texto do Compromisso de Cooperação para o biénio 2025-2026, em que há compromissos e marcas do Estado. No seu conjunto, as atualizações ali enunciadas (ou a sua falta) é um pequeno passo para que, sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior ou total envolvimento do Estado, se venha a atingir a repartição equitativa dos custos médios por utente (50%), garantida no Pacto de Cooperação assinado há quatro anos. Quando se diz repartição equitativa e se quantifica nos 50% é para acautelar contra leituras “enviesadas” da equitabilidade. Outros passos estavam pré-anunciados para serem dados durante a legislatura que, entretanto, malogrou. Será na quarta legislatura desde que foi celebrado o Pacto de Cooperação que se concretizará a repartição dos custos médios por utente (50%)?

Mas o Compromisso de Cooperação não se limita ao financiamento das respostas sociais garantidas pelo Sector Social e Solidário. E o clausulado deste Compromisso também parece avançar com ténues passos no que respeita a uma desejável e mitigada autonomia das Instituições, com provável impacto na própria sustentabilidade...

CONSELHO GERAL DA CNIS

Direção apresentou relatório de execução do Programa de Ação 2024



A CNIS reuniu o Conselho Geral, em Fátima, onde foram abordadas diversas questões de interesse das instituições.

A Direção começou por lembrar os conselheiros para a recente publicação das Portarias de Extensão relativas à contratação coletiva entre a CNIS e as estruturas sindicais, alertando para o facto de as mesmas terem diferentes data de produção de efeitos.

O padre Lino Maia sublinhou que “a Portaria de Extensão é a universalização do Contrato Coletivo de Trabalho” e “a orientação que a CNIS tem dado é para que, quando se assina um novo CCT, as instituições comecem logo a pagar aos seus trabalhadores os novos valores”, sendo que a legislação diz que “apenas aos sindicalizados”.

“Até dezembro de 2023, os CCT assinados pela CNIS vinculavam o pagamento aos sindicalizados a partir de 1 de julho, porque os Compromissos de Cooperação e as Adendas eram assinadas em julho ou agosto”, recordou o presidente da CNIS, acrescentando: “A partir daí, com as negociações mais cedo, ficou-se vinculado a pagar aos sindicalizados a partir de 1 de janeiro”.

Os conselheiros foram informados que decorrem negociações com os sindicatos e ficaram a saber que a reunião de 5 de março serviu para manter o canal de comunicação, porque os sindicatos sabiam que, sem Compromisso de Cooperação, não era possível à CNIS apresentar uma proposta negocial.

A Direção lembrou ainda que “o salário mínimo cobre 50% dos trabalhadores do Sector Social Solidário”, ou seja, até ao 14º escalão.

“Este ano ainda estamos num compasso de espera, porque a Cooperação ainda não está fechada e, por isso, não pudemos ainda fechar com os sindicatos”, referiu o padre Lino Maia.

Outros assuntos e questões foram levantadas e abordadas, como a compensação para as educadoras, as vagas cativas e outras.

Quanto ao PEDEPE, o despacho para as candidaturas está assinado, mas a Direção lembrou: “Da publicação do despacho até ao pagamento deve demorar, pelos menos, três meses”.

Por outro lado, a Direção informou que, no dia 22 de abril, a CNIS vai promover um encontro, em Coimbra, sobre o Estatuto do Maior Acompanhado, que pretende incluir,

igualmente, a magistratura e a academia.

A reunião de Fátima, do passado dia 10 de março, iniciou-se com a apresentação do relatório de execução do Programa de Ação 2024, pela voz de Gil Tavares.

O dirigente começou por recordar algumas ações levadas a efeito, como a celebração do Dia da CNIS; a realização da Chama e Festa da Solidariedade em Bragança; a candidatura, negociação e aprovação do Projeto CNIS: Capacitar, eNvolver, Inovar e Solucionar, no âmbito do Programa Pessoas 2030; a promoção do seminário sobre «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade», os casos das pessoas idosas (Aveiro) e pessoas com deficiência (Fundão); ou a publicação dos dados do estudo «A importância económica e social das IPSS em Portugal» para o

ano económico de 2021.

Para além das diversas negociações no âmbito da Cooperação, a CNIS encetou uma série de reuniões com diferentes Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), no sentido de dar a conhecer o Sector Social Solidário e de captação de recursos.

Por seu turno, os conselheiros colocaram questões diversas que tem preocupado as IPSS: a falta de educadores de infância; a revisão do Estatuto das IPSS; a Intervenção Precoce; as reuniões das Comissões Regionais de Cooperação; o indeferimento total das candidaturas das Fundações ao IEF; ou o CACI.

O presidente da CNIS fechou a reunião com uma boa-nova: “As inspeções às instituições foram interrompidas”.



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em **Fátima**, no **Sdivine Fátima Hotel, Rotunda dos Peregrinos, 101**, no próximo dia **29 de março de 2025**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2024;
2. Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2024 (artº 50, nº 1, al. e));
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2024;
4. Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto e Sede da CNIS, 12 de março de 2025

I MAPEAMENTO DE BOAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS

Instituições já podem consultar os resultados apurados pela CNPDPCJ

Com vista a produzir um melhor conhecimento e a dar visibilidade à intervenção desenvolvida no nosso país em prol dos direitos das crianças, não apenas por organismos públicos, mas também por entidades da sociedade civil, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras Organizações da Sociedade Civil (OSC), a CNPDPCJ – Comissão Nacional

de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens lançou o desafio a diversas entidades no sentido de poder compilar práticas desenvolvidas a nível local, regional, nacional ou mesmo de âmbito internacional, que possam concorrer para os direitos consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

No âmbito da sua representação na

CNPDPCJ, a CNIS solicitou, em março de 2024, a todas as suas associadas com respostas sociais no âmbito das crianças e jovens a contribuição para este mapeamento.

Recolhidos os muitos contributos que foram remetidos por dezenas de entidades, a CNPDPCJ divulga agora o resultado deste Mapeamento de Boas Práticas, disponível no Centro de Recursos do site da CNPDPCJ.

ESPAÇO T, PORTO

Abril é mês de «30 D'Amor – Um Congresso sobre Arte, Inclusão e Felicidade»

Nas comemorações do 30º aniversário do Espaço t, a instituição do Porto coloca em lugar de destaque a organização do 9º Congresso Espaço t, este ano subordinado ao tema «30 D'Amor - Um Congresso sobre Arte, Inclusão e Felicidade».

Será um espaço de reflexão e discussão disruptiva e transversal sobre a importância da felicidade no desenvolvimento do ser humano. Pensar a felicidade, a arte e a inclusão, como eixos prioritários e estruturantes ao desenvolvimento saudável do indivíduo e da sociedade contemporânea onde este está inserido.

A iniciativa do Espaço t volta a reunir personalidades de referência e de reconhecimento mérito, sejam da academia ou especialistas nas áreas em discussão com experiência comprovada no terreno, sejam nacionais e estrangeiros.

O encontro vai decorrer nos dias 3 e 4 de abril, no Auditório da Ordem dos Contabilistas Certificados, no Porto.

Na manhã de arranque do Congresso, há duas mesas-redondas subordinadas aos temas «A Arte pode ser terapêutica?» e «O Amor na Infância, Terceira Idade e no Entretanto. Tudo isto é Felicidade?», abrindo a tarde com a conferência «À procura da Felicidade» e fechando com a mesa-redonda sobre «Ministério da Felicidade. Uma Utopia?».

No segundo dia (4), o esquema é semelhante, com duas mesas-redondas matinais, sobre as temáticas «A Felicidade que Criámos, o Amor que Partilhámos» e «Amor, Sucesso... e tudo o resto». Este tema é ainda o mote para a conferência que abre os trabalhos à tarde, encerrando o Congresso com uma mesa-redonda intitulada «Onde está a Felicidade?».

Em ambos os dias os trabalhos iniciam-se às 9h30, sempre no Auditório da Ordem dos Contabilistas Certificados, no Porto.



INTERCULTURALIDADE

Por outro lado, no passado dia 21 de fevereiro, o Espaço t voltou a juntar-se à Comunidade do Bangladesh do Porto para celebrar o Dia da Língua Materna. A edição de 2025 aconteceu no Batalha Centro de Cinema, que mais uma vez se associou ao Espaço t e à Comunidade do Bangladesh do Porto em mais uma noite cheia de significado. Para além de assinalar a identidade cultural de um povo, festejou-se ainda a diversidade cultural e o multiculturalismo que fazem de Portugal um país mais rico, que vê na diferença uma oportunidade para ser mais forte. Na ocasião foram também entregues os Prémios Interculturalidade, instituídos há seis anos pelo Espaço t e pela Comunidade do Bangladesh do Porto, que pretendem simbolicamente distinguir as personalidades/

entidades que em Portugal mais têm feito para a promoção e defesa dos valores dos Direitos Humanos e da Diversidade Cultural, nas Categorias de Ensino e Formação, Jornalismo, Sociedade Civil, Ajuda Humanitária, Desporto, Cidade, Políticas Públicas e Mérito. Foi uma noite que contou com presença de várias personalidades, como o deputado Manuel Pizarro, o presidente da AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo, Pedro Portugal Gaspar e restante equipa, o vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, Filipe Araújo, o vereador Fernando Paulo, o comissário Luís Coelho da PSP - Comando Metropolitano do Porto, os inspetores da Polícia Judiciária Filipe Pereira e Rui Pinto, os presidentes das juntas de freguesia de Campanhã, Bonfim e de um representante da União Freguesias do Centro Histórico do Porto.

CRECHE DO POVO – JARDIM DE INFÂNCIA, TORRES VEDRAS

Há 50 anos a dar o melhor presente às crianças: uma boa educação

Na ressaca da Revolução dos Cravos de 1974 e aproveitando a dinâmica social por aquela gerada, um pouco por todo o país, nasceu em Torres Vedras a Creche do Povo. O próprio nome bebe muito nos tempos que se viveram, em especial, naquela segunda metade da década de 1970.

Uma das principais alterações que o tecido social português sofreu foi a entrada, em massa, das mulheres no mercado de trabalho, livres que estavam das amarras de um regime que as empurrava para o trabalho doméstico. E foi nesta dinâmica que a educadora de infância Tati, juntamente com a auxiliar Idalina, fundaram o que viria a ser a Creche do Povo - Jardim de Infância, uma resposta completamente pioneira em Torres Vedras.

“É claro que tiveram apoios, pois estava-se em período pós-revolução. De resto, não havia creches aqui em Torres Vedras, as mães começaram a trabalhar e não havia resposta para as crianças, num tempo em que as licenças de maternidade eram muito reduzidas. Muitas mães, passado um mês, estavam a regressar ao trabalho”, recorda Ângela Fernandes, coordenadora pedagógica e a mais antiga funcionária da instituição, onde começou a trabalhar aos 16 anos ainda como auxiliar.

Na altura, a Câmara cedeu um edifício, onde hoje funciona a CPCJ, e a 2 de dezembro de 1974 foi fundada a instituição. Inicialmente, manteve-se apenas uma educadora, que contava com um grupo de auxiliares. “Só mais tarde, com o aumento do número de crianças é que começaram a entrar outras educadoras”, refere a coordenadora pedagógica da instituição, acrescentando: “Como não havia mais oferta, o número de crianças foi crescendo na instituição, que, desde início, teve propósito solidário”.

Assim, tal como a Revolução de 25 de Abril, a Creche do Povo celebrou, em dezembro último, 50 anos de serviço à população de Torres Vedras, cinco décadas em que muitas crianças ali deram os primeiros passos no seu percurso educativo, algumas delas que hoje já são pais de petizes que andam ou andaram na instituição.

“Filhos de antigos alunos da Creche do Povo há muitos. Eu, como educadora, tenho os filhos de pais que foram meus alunos também”, conta Ângela Fernandes.

“Esta vinda dos filhos dos antigos alunos é muito boa. É o reconhecimento de que estamos a fazer bem o nosso trabalho. E demonstra, acima de tudo, a muita confiança que têm em nós, porque nem equacionam colocar os filhos noutra parte”, sustenta Isabel Lopes, presidente da instituição, ao que a coordenadora pedagógica acrescenta: “Ainda hoje ouvimos de gente com 30 anos a falar dos croquetes da Creche do Povo. Os croquetes dos passeios são muito



falados e apreciados. E estamos a receber mesmo muitos filhos de ex-alunos, porque têm prioridade. Também é algo que foi conquistado há poucos anos”.

Em 1999, deu-se a mudança para as instalações atuais, fruto de uma construção apoiada pelo PIDDAC, erigido num terreno cedido à instituição.

“E houve ainda o apoio de diversos empresários locais, porque quando o edifício ficou pronto não havia uma cadeira para sentar uma criança. Cada sala foi apadrinhada por uma empresa local, que patrocinou o seu equipamento. Felizmente, não recorremos à banca”, explica a presidente, lembrando a relação positiva com a comunidade de Torres Vedras: “Sempre tivemos uma relação muito boa com a comunidade. Apesar de já não estarmos numa localização tão central como quando a Creche do Povo surgiu, continua a ser muito procurada, o que se reflete na lista de espera”.

Apesar do carácter solidário da instituição desde a sua génese, no final do século passado a instituição era de certa forma estigmatizada.

“Nos anos 1990 éramos catalogados um pouco como uma creche de elite, porque chegava um médico que vinha fazer um internato no hospital, perguntava qual a melhor creche para pôr o filho e toda a gente lhe dizia que era a Creche do Povo! E havia oferta de privados, mas a Creche do Povo era a referência”, recorda Ângela Fernandes.

Cinco décadas depois da entrada em atividade, com uma educadora e uma auxiliar, a

instituição de Torres Vedras acolhe 84 crianças em Creche, 125 em Pré-Escolar e ainda 50 em CATL, apoiada numa equipa de 52 trabalhadores.

O CATL, que assegura pontas e ainda todas as pausas letivas, uma vez que só fecha uma semana em setembro “para limpezas”, foi recentemente bafejado pelo Orçamento Participativo da autarquia de Torres Vedras, em cerca de 11 mil euros.

“Este é um projeto para renovação da caixa-lharia do edifício, que, aliás, nem é nosso”, sublinha Isabel Lopes.

Segundo as responsáveis, socioeconomicamente os utentes da Creche do Povo é transversal.

“Temos de tudo. De facto, temos muitos pais com profissões liberais, por exemplo, na altura da Covid-19 houve muita gente a vir morar para aqui, para quintas e não só, e colocaram aqui os filhos, mas também temos muita gente que, antes da Creche Feliz, pagavam 20 euros”, destaca a presidente da instituição.

Sobre a Creche Feliz, também a instituição de Torres Vedras tem razões de queixas do programa, pela insuficiência do financiamento.

“Neste momento, não é benéfico para a instituição, porque o custo médio por criança não é pago pela Segurança Social. Logo de início, quando a medida foi adotada, viu-se que não cobria o custo médio por criança! A Creche Feliz devia ser, igualmente, segundo os rendimentos das famílias. Há instituições que já fecharam salas de creche porque não conseguiam suportar os custos. Vamos vivendo, mas não

está fácil”, considera Ângela Fernandes, ao que Isabel Lopes acrescenta: “Tem de ser um princípio geral e abstrato, é certo, mas devia haver exceções consoante as situações concretas”.

O que também surgiu por arrasto da Creche Feliz foi o crescimento dos números na lista de espera.

“Com a Creche Feliz também se notou um aumento da lista de espera, porque alguns pais, no sentido de poupar dinheiro, e que antes deixavam os filhos com os avós ou outros familiares, agora, como é gratuita, vêm todos para a creche. Tem acontecido muito, antes os filhos ficavam com os avós, mas agora vêm para a creche”, revela a coordenadora pedagógica, uma ideia reforçada pela presidente: “Sempre tivemos lista de espera, mas com a gratuidade cresceu muito”.

Já sobre a extensão da gratuidade ao Pré-Escolar, como vem sendo falado, as responsáveis pela instituição colocam sérias dúvidas.

“Já se ouviu falar, mas só seria vantajoso se o valor por criança acompanhasse o custo real. Atualmente, com a comparticipação dos pais, e com o que é pago pelo Estado, as coisas ficam equilibradas”, refere a presidente Isabel Lopes.

Com os constrangimentos criados pela Creche Feliz, mas não só, as contas da instituição não estão no melhor momento.

“As contas estão mesmo desequilibradas. Isto já se adivinhava há muitos anos. No fundo, isto é o acumular de muitos anos de desequilíbrio e depois veio a Covid e nós nunca entrámos em layoff”, revela Isabel Lopes, sublinhando os elevados gastos com pessoal: “A nível de contas, e deve ser transversal às outras instituições, o maior gasto que temos é com o pessoal. A própria Segurança Social nos diz que temos excesso de pessoal... Nós temos duas auxiliares por sala e mais uma educadora. Tivemos há pouco tempo uma Assembleia Geral e as Contas apontavam para 1,3 milhões só em custos com pessoal. A corda vai esticando... quando entrei para a Direção, em 2019, o salário mínimo eram quinhentos e poucos euros e isto é um poço sem fundo. Esta questão cria-nos muitas dificuldades”.

Se o problema já vinha antes da pandemia, com esta agravou-se, uma vez que a instituição manteve todo o pessoal ao serviço, mesmo que nada houvesse para fazer.

“Fechámos durante a Covid, mas as educadoras, todas as semanas, faziam atividades à distância com as crianças e sempre em contacto com estas e as famílias. Houve uma redução nos valores das mensalidades, mas os pais continuaram a pagar. Obviamente, houve quem reclamasse, mas fizemos-lhes ver que, se assim não fosse, quando regressassem não havia Creche do Povo”, conta Isabel Lopes, lembrando: “Temos aqui funcionárias cujos maridos, que trabalham noutras empresas, entraram em layoff e a levavam 300 ou 400 euros para casa. Na altura, com os cofres cheios, não íamos por esse caminho. Isto de sermos uma instituição de solidariedade não é só para fora de portas, também temos de ser solidários com quem mantém a casa a funcionar”.

E nesse período difícil para todos, a instituição abriu a sua cozinha e serviu refeições no hospital e noutros locais.

“Os nossos funcionários ficaram muito



agradecidos por não terem ido para layoff e sofrerem um corte no salário e os pais ficaram contentes porque os filhos foram tendo atividades”, acrescenta, lamentando, no entanto, alguma incompreensão: “Não é fácil de gerir muitas vezes, porque somos voluntários e é complicado. Ser dirigente de uma IPSS é complicado, especialmente para quem ainda está na vida ativa, pois nem sequer senhas de presença se tem como os políticos”.

Mas depois da tempestade sempre vem a bonança...

“No regresso pós-Covid, foi uma alegria, porque recebemos as crianças com o nosso Bosque Encantado. Tínhamos o espaço na parte detrás, mas não estava aproveitado. Então, o projeto surgiu no sentido de aproveitar o espaço com algo que as crianças pudessem desfrutar ao ar livre, depois de tanto tempo fechadas”, afirma Ângela Fernandes, ao que Isabel Lopes acrescenta: “E foi igualmente uma forma de as funcionárias também participarem, uma vez que estavam ao serviço. Algumas até traziam os maridos para ajudar. E os miúdos quando voltaram ficaram todos contentes com o espaço que ali têm. Os dos cinco anos diziam que agora que iam embora é que havia um espaço fixe para brincar”.

O Bosque Encantado foi o grande projeto, antes da renovação da caixilharia do CATL, mas é um projeto em movimento, ou seja, “tem de ser alvo de manutenção todos os anos”, feito com “muito trabalho voluntário aos fins-de-semana”.

No presente ano letivo, a instituição escolheu

para tema do projeto anual «Crescer com Arte», o que envolve toda a comunidade educativa e os pais também.

Volvidos 50 anos de Creche do Povo, a atual presidente diz ser “um imenso orgulho” ver o que a instituição é atualmente.

“Também há uma grande ligação emocional, o meu pai foi sócio fundador e fez parte do Conselho Fiscal e eu e os meus irmãos andámos na instituição. Para além de ser criada para dar resposta a uma necessidade que existia, de destacar os valores com que foi criada. A fraternidade, a solidariedade, o perceber-se que, independentemente, de onde as crianças viessem, todas tinham uma oportunidade de ter uma educação transversal, daí o lema da casa: O melhor presente para uma criança é uma boa educação. E na Creche do Povo sempre houve filhos de grandes empresários, mas também do funcionário público e do operário”.

Para Ângela Fernandes, “é um orgulho quando os pais chegam aqui e dizem que cá andaram e gostavam muito que o seu filho também para aqui viesse”.

Como seria Torres Vedras sem a Creche do Povo?

“A Creche do Povo já faz parte da identidade de Torres Vedras. É uma instituição de referência, que ajuda outras instituições, por exemplo, cedendo o autocarro. Faz parte de Torres Vedras”.

ASSOCIAÇÃO HÍPICA E PSICOMOTORA DE VISEU

O cavalo é um recurso fantástico para ajudar crianças de forma diferenciada

A Associação Hípica e Psicomotora de Viseu (AHPV) surgiu da iniciativa de um jovem militar de carreira que olha para os cavalos como “um ser vivo magnífico, que todos os dias nos dá estímulos diferentes”. Luís Miguel Ribeiro é capitão do Exército, da arma de cavalaria, e presidente e fundador da IPSS que, há 10 anos, ajuda crianças com problemas de desenvolvimento.

“A instituição nasce numa quinta em Vil de Souto e da vontade de usar esse recurso fantástico que é o cavalo para ajudar crianças com uma resposta diferenciada, que não existe formalmente, pois é completamente atípica”, conta, lembrando que, no arranque da instituição era apenas o próprio, uma psicomotricista e um cavalo.

“Fizemos o primeiro protocolo com a Associação de Autismo (APPDA) e depois entrámos no «Viseu Educa», promovido pela Câmara Municipal, um projeto que visa o sucesso educacional. E foi aí que começámos a crescer. Passámos a ter mais crianças, a estabelecer mais protocolos com outras entidades e, como aquele espaço já era pequeno, lançámos um repto ao Grupo Visabeira, para passarmos a explorar o Centro Hípico Montebelo, em Farminhão, o que foi aceite e, então, mudámo-nos para lá”.

Sem qualquer acordo de cooperação com a Segurança Social, a AHPV tem, ao longo dos anos, estabelecido protocolos e acordos com diversas IPSS e vários municípios, como Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua e Moimenta da Beira.

No Centro Hípico, em Farminhão, a instituição proporciona mais de 150 sessões de hipoterapia por semana.

“A par da hipoterapia temos uma escola de equitação, o que nos dá alguma capacidade do ponto de vista financeiro, porque, como já disse, não temos nenhum acordo do tipo tipificado com a Segurança Social, o que faz com que tenhamos de criar riqueza para pagarmos aos nossos funcionários e para manter este leque de sessões terapêuticas a um preço acessível às famílias”, sustenta o presidente da instituição.

Para além do Centro Hípico Montebelo, a Associação tem o Centro de Desenvolvimento Infantil, em Tondela, “uma clínica destinada a crianças com défice de desenvolvimento, com patologias do género do autismo, défice de atenção e outras”, explica Luís Miguel Ribeiro, acrescentando: “É um espaço criado de raiz e que surge de uma conversa com pais face à necessidade de um espaço clínico onde os pais cujos os filhos têm problemas de desenvolvimento tivessem uma resposta multidisciplinar e agregasse valências que vão do diagnóstico a terapêutica”.

Este é um espaço onde há Pediatria do



Neurodesenvolvimento, Terapia Ocupacional e da Fala, Psicomotricidade e Fisioterapia, sendo que a Hipoterapia funciona no Centro Hípico, em Faminhão.

O Centro tem ainda uma extensão, fruto de um protocolo com a Câmara de Mortágua, onde uma equipa multidisciplinar, composta por uma psicomotricista, uma terapeuta da fala e uma psicóloga, que vai às escolas do agrupamento de escolas local, trabalha 35 horas.

Apesar dos acordos com diferentes entidades, algumas delas IPSS e autarquias, a instituição não está no radar do financiamento da Segurança Social, em virtude de promover respostas atípicas.

“Já solicitámos acordos por várias vezes, mas como as nossas respostas sociais e da saúde são muito fora da caixa, não têm cabimento. Temos de ver que o quadro legal das respostas típicas remonta já à década de 1980 e, no fundo, nunca houve nenhum programa que a Segurança Social tivesse aberto e permitisse uma candidatura deste género. Já fizemos

candidaturas a outros programas, um dos últimos foi à Inovação Social, mas também completamente fora da caixa, pois tem como destinatários as pessoas com doença mental. É outra área que também queremos tocar e surge de uma parceria com a Câmara de Tondela e com uma empresa”, revela o presidente da AHPV.

Sem apoios do Estado, a situação financeira tem sido difícil de manter no verde, mas é algo que tem sido alcançado.

“Nos primeiros sete anos foi muito duro, período em que fizemos voluntariado permanente, aliás, ainda hoje, pois a Direção ainda é toda voluntária. Isto foi aos poucos, porque fomos usando muito os programas do IEFP, mas andávamos sempre com dinheiro à frente, muitas vezes do nosso bolso. Eu próprio já coloquei muito dinheiro nisto, porque isto é um projeto de vida, é como um filho. Ver esta criança a progredir é muito satisfatório... Para já, todos os nossos resultados financeiros são positivos, não muito, mas são positivos”, argumenta o líder da instituição.

Espalhada por três locais diferentes – o Centro Hípico em Farminhão, o Centro de Desenvolvimento Infantil em Tondela e a meses de regressar a Vil de Souto –, a instituição apoia crianças de todo o distrito.

“O Centro de Desenvolvimento Infantil recebe crianças de diferentes concelhos, porque, por exemplo, nas consultas de Pediatria do Neurodesenvolvimento vêm pessoas de todo o distrito, porque no sistema público são consultas que têm um atraso de cerca de dois anos e isso é muito tempo para uma criança. O nosso foco foi tentar colmatar algumas lacunas e gostaríamos de o ter feito de forma gratuita, mas não é possível sem apoio público”, lamenta Luís Miguel Ribeiro.

Atualmente, nos dois centros onde desenvolve a sua atividade, a instituição emprega uma psicomotricista, uma diretora de serviços, dois equitadores, um tratador de equitação, duas psicólogas, uma terapeuta da fala, uma terapeuta ocupacional e mais quatro avençados. “Nós vivemos, em 90%, só para pagar ao pessoal, porque a maioria são técnicos superiores”, sublinha o presidente, mas a equipa da instituição vai crescer, fruto do novo projeto que se espera estar em funcionamento no final de abril.

“Nesta nossa estreia em respostas sociais mais típicas, como é o caso do CACI, também é para ser um CACI diferente, inclusivamente, com uma dinâmica diferente, colocando o foco na pessoa e nos seus sonhos”, começa por explicar sobre o novo Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão que a instituição está prestes a abrir em Vil de Souto, fruto da requalificação e adaptação de uma antiga escola primária e que terá capacidade para 30 utentes.

“Em termos de público-alvo, temos pensado em pessoas vítimas de Alzheimer ou de AVC, para o que não há resposta. São pessoas que vão para um lar de idosos e sentem-se desequilibrados ou vão para um típico CACI, onde há a multideficiência”, começa por enquadrar, acrescentando: “Temos feito alguns contactos, em especial com pessoas que foram vítimas de AVC, para melhor perceber a sua situação e os seus anseios. E assim conseguirmos encontrar a resposta que melhor vai de encontro às necessidades destas pessoas. Não será uma resposta terapêutica, para tratar o AVC, mas, de alguma forma, tentar reavivar os sonhos de vida de pessoas que, fruto da doença, ficam com incapacidade de, pelo menos, 60%”.

De momento, os responsáveis pela instituição estão a fazer “um brainstorming e, de alguma forma, um benchmarking para tentar perceber o que existe, o que estas pessoas necessitam e querem e de que forma poderão dar inputs ao projeto, porque, no fundo, são pessoas com competências apesar das sequelas da doença”, argumenta, sublinhando: “E porque não colocar essas pessoas em posições funcionais dentro da IPSS? Não está ainda escolhido, mas temos de canalizar o nosso foco para determinada franja para não prejudicar outras franjas”, defende.

A recuperação da antiga escola primária, inclui ainda um jardim sensorial, estando, desde já, estruturalmente preparada para receber uma ampliação a pensar num futuro lar



residencial.

O CACI vai fazer a instituição entrar, finalmente, no radar da Segurança Social e prevê-se que no final de abril já esteja a direção técnica e a equipa definidas, esperando-se a abertura para o final de abril.

Para Luís Miguel Ribeiro, “a dispersão no território não é um constrangimento para a instituição e até cria algumas raízes e junta e aproxima pessoas e locais diferentes, com culturas diversas aqui da região”.

“Não pertencemos a lado nenhum, estamos aqui para o fim social e para ter a mente aberta para trabalhar com toda a gente e criar sinergias com todos, privados ou entidades públicas. Até com o Clube Desportivo de Tondela (CDT) temos um protocolo, a primeira parceria com um clube de futebol. De certa forma, viemos quebrar um certo status quo que poderia existir, criando parcerias, à primeira vista, não naturais. Porque realmente nascemos desta forma”, sustenta.

Sobre perspetivas de ampliar o CACI com a construção do Lar Residencial, Luís Miguel Ribeiro é bastante cauteloso: “Se houvesse um PARES 4.0 ou um PRR para esta área de Lar Residencial, porque é uma resposta que está muito em falta, nós avançaríamos. Estamos cientes de que a União Europeia já emitiu diretrizes dando preferência àquilo que são

respostas autonomizantes. No entanto, queremos que a nossa valência seja uma espécie de quartel-general, mas sem muros”.

Criada em 2014, a instituição tem sofrido, ao longo destes 10 anos, de algumas dores de crescimento.

“Ainda temos algumas... Encontrámos muitas barreiras, sendo que a maior é a financeira, porque sem dinheiro não se faz nada. Depois, temos de ter foco, temos de querer muito. Quando se tem muita vontade, as coisas aparecem. Temos de ter foco e perder muito do nosso tempo, de forma voluntária. Não podemos estar sempre a culpar os outros. A Segurança Social não dá dinheiro, então vamos à luta e vamos arranjar dinheiro”, assevera.

E como seria Viseu sem a Associação Hípica e Psicomotora de Viseu?

“Seria mais triste, porque o que viemos fazer foi dar cor a uma área completamente diferente. Viemos também dar ânimo e alegria e fazer com que a outras entidades percebessem que com pouco é possível fazer muito. E isso reflete-se na estima que as outras entidades e IPSS têm por nós, porque não entrámos no mundo delas. Nós viemos para somar e é isso que fazemos. O Sector Social Solidário só tem a ganhar quando todos trabalhamos para somar”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



DE 2021 PARA 2024

Há mais crianças em famílias com privação material

A proporção de crianças em famílias com privação material aumentou de 10,7% para 11,3%, entre 2021 e 2024, revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em 2024, dos cerca de 1,5 milhões de crianças até aos 15 anos, 11,3% viviam em agregados familiares em privação material e social.

Para a população em geral, a taxa de privação material e social diminuiu de 13,5% em 2021 para 11,0% em 2024.

“Considerando a privação material e social severa, o resultado para as crianças (5,0%) é também superior ao obtido para a população em geral (4,3%) em 2024”, segundo o INE.

A proporção de crianças em agregados sem capacidade para pagar pelo menos uma semana de férias por ano, fora de casa, a todas os seus membros até aos 15 anos, aumentou de 15,5% em 2021 para 20,6% em 2024.

Os dados obtidos pelo INE revelaram também que, no ano passado, a necessidade de consultas ou tratamentos médicos “não foi satisfeita” para 1,8% das crianças, no caso de cuidados não dentários, nem para 3,6%, no caso de cuidados dentários.

A maioria das crianças (55,5%) em privação material e social tinha pais com baixos níveis de escolaridade.

Quase 30% das crianças vivia em famílias com dificuldades em assegurar o pagamento de uma despesa inesperada próxima do limiar mensal de pobreza e 20,6% não podia passar uma semana de férias fora de casa, por dificuldades económicas.

No ano passado, 9,8% das crianças não tinha possibilidade de participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer, 4,3% não podia participar em viagens e atividades escolares não gratuitas e 3,3% não podia convidar amigos de vez em quando para brincarem e comerem juntos.

“Comparativamente a 2021, aumentaram principalmente as proporções de crianças que não podiam convidar amigos para brincar e comer (mais 1,8 pontos percentuais)”, lê-se no documento.

Ainda neste contexto, sublinhou o INE, 2,7% das crianças não tinha possibilidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova (excluindo roupa em segunda mão) e 2,3% não dispunha de um espaço apropriado para estudar e fazer os trabalhos de casa.



APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS INOVADORAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.

esocial

2025

PLANO DE FORMAÇÃO

Formação útil e diferenciada para profissionais. Adaptada às exigências atuais.

ÁREAS DE FORMAÇÃO

- ⇒ Desenvolvimento Pessoal
- ⇒ Formação de Educadores de Infância
- ⇒ Contabilidade e Fiscalidade
- ⇒ Gestão e Administração
- ⇒ Informática na Ótica do Utilizador
- ⇒ Enfermagem
- ⇒ Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
- ⇒ Trabalho Social e Orientação
- ⇒ Desporto

salba mais em trainingcentre.f3m.pt

COM RETROATIVOS A JANEIRO

Prestações de apoio à família com aumentos de 2,1%

O Governo vai atualizar as prestações de apoio à família em 2,1%, com um impacto superior a 31,8 milhões de euros, devendo o novo valor ser pago em abril, com retroativos a janeiro, segundo informação do Ministério do Trabalho.

Segundo o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), a atualização abrange os valores de referência para o abono de família, abono de família pré-natal, bonificação por deficiência, subsídio de assistência à terceira pessoa, majoração nas situações de monoparentalidade e famílias numerosas e garantia para a infância. No caso do subsídio para funeral, a subida é de 2,6%.

“Estes aumentos para 2025, em função da atualização do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), têm um impacto total que ascende aos 31,8 milhões de euro”, adianta o ministério.

Acrescenta que só no caso do abono de família o impacto orçamental será de 26,8 milhões de euros, enquanto na bonificação por deficiência há um aumento de 2 milhões de euros e na garantia para a infância de 1,8 milhões de euros.

No caso do primeiro escalão de rendimentos, por exemplo, referente aos rendimentos mais baixos, esta atualização corresponde a um aumento de 3,84 euros, para 186,87 euros por mês, no caso das crianças com idade igual ou inferior a 36 meses, enquanto para as crianças e jovens com idades superiores a 36 meses, o valor aumenta 1,51 euros, para 73,51 euros.

O primeiro escalão de rendimentos corresponde até 8.059 euros por ano, ou seja, cerca de 575 euros mensais.

O abono de família é atribuído a famílias com rendimentos até ao quarto escalão, ou seja, entre 17.233 euros e 22.306 euros por ano. Nesse caso, o valor aumentou 1,78 euros, para



86,53 euros no caso do abono pago às crianças com idade igual ou inferior a três anos, e 0,9 euros, para 43,81 euros, na prestação paga às crianças e jovens com mais de três anos.

O MTSSS adianta que os montantes mensais do abono de família pré-natal passam para 186,87 euros, em relação ao 1.º escalão de rendimentos; 158,17 euros, em relação ao 2.º escalão de rendimentos; 129,23 euros, em relação ao 3.º escalão de rendimentos e 86,53 euros, em relação ao 4.º escalão de rendimentos.

Já o valor do subsídio de funeral passa a ser 261,25 euros, correspondente a 50% do indexante dos apoios sociais (IAS).

A bonificação por deficiência passará a ser de 72,59 euros para titulares até aos 14 anos; 105,73 euros para jovens dos 14 aos 18 anos e 141,52 euros para beneficiários dos 18 aos 24 anos.

Por último, o ministério diz que o subsídio por assistência de terceira pessoa passa a corresponder a 125,48 euros.

DEFICIÊNCIA

Prestação Social para a Inclusão aumenta 2,6%

A Prestação Social para a Inclusão (PSI), destinada a pessoas com deficiência, foi aumentada em 2,6%, tanto na componente base como no valor de referência do complemento, com retroativos a janeiro, segundo publicação em Diário da República.

De acordo com a portaria publicada, que entrou em vigor no dia 15 de março, o Governo atualizou o valor de referência anual da componente base e do valor de referência anual do complemento da prestação social para a inclusão, ambos aumentados em 2,6%, e o limite máximo anual de acumulação da componente base com rendimentos de trabalho.

O valor de referência anual da componente base passa a ser de 3.894,63 euros em 2025, ou seja, 324,55 euros por mês, enquanto o valor de referência anual do complemento, pago em casos de pobreza, é fixado em 6.779,81 euros, ou seja, cerca de 565 euros mensais.

Já o limite máximo anual de acumulação desta prestação com rendimentos do trabalho, passa a ser de 12.180 euros anuais.

Segundo informação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), esta atualização tem um impacto financeiro de 19,8 milhões de euros. “Deste

valor total, 15 milhões de euros são referentes à atualização do valor de base do PSI e 4,8 milhões de euros ao complemento”, refere o MTSSS, acrescentando que a “expectativa é que este aumento comece a ser pago em abril, com retroativos a janeiro deste ano”.

“Mais de 150 mil pessoas beneficiam da PSI, a que tem direito quem tenha uma deficiência resultante em incapacidade igual ou superior a 60%. O reforço desta prestação reflete o esforço do Governo na proteção social e no combate às situações de pobreza das pessoas portadoras de deficiência”, salienta o MTSSS.

Um passo para a redução dos custos médios de to

O Compromisso de Cooperação entre o Estado Português e as Entidades Representativas do Sector Social e Solidário (ERSSS) para o biénio 2025-2026 está assinado e todos os outorgantes o elogiaram.

Por parte do Governo liderado por Luís Montenegro, que está de saída, depois de chumbada a Moção de Confiança no passado dia 11 de março, o acordo “reflete o reconhecimento da importância estratégica do Sector Social e Solidário como parceiro do Estado Português”.

Como consta da introdução do Compromisso de Cooperação 2025-2026, “esta visão do Sector Social e Solidário como parceiro estratégico do Estado foi, desde logo, plasmada no Programa do Governo com a referência clara para a necessidade de se criarem modelos que visem a sustentabilidade financeira das instituições do Sector Social e Solidário, de acordo com as tipologias de respostas, o custo real do utente, a inflação e o aumento da retribuição mínima mensal garantida”.

Para alcançar este desiderato, o Governo constituiu um grupo de trabalho para a “definição de uma fórmula de financiamento para cada resposta social, através do Despacho n.º 7321/2024, de 5 de julho, que não só desenvolveu um trabalho nunca antes realizado de análise e estudo do custo real de cada resposta social, mas também definiu a ponderação de fatores necessários para garantir que a fórmula de financiamento a criar garantisse a previsibilidade e a estabilidade necessárias às instituições”, lê-se ainda no documento, onde é ainda sublinhado que com este acordo “é, pela primeira vez, estabilizada a percentagem de participação financeira do Estado Português, permitindo reforçar a parceria estratégica com este Sector e garantir a sustentabilidade das respostas sociais”.

“A senhora ministra sabe que eu, a determinada altura, duvidei que chegássemos a um consenso, temos um bom acordo. Houve lealdade e transparência. Não é um acordo ótimo, mas é um bom acordo, porque ainda há mais passos a dar, como por exemplo, no acolhimento de crianças e jovens”, começou por dizer o presidente da CNIS, na cerimónia de assinatura do Compromisso de Cooperação 25-26, que decorreu, ao final da tarde, desta terça-feira (dia 18 de março), na Residência Oficial do Primeiro-Ministro, em Lisboa.

“É um documento mais enxuto, mas mais alargado. É um bom Compromisso e conseguido em tempo ótimo”, acrescentou o padre Lino Maia, alertando: “As IPSS têm uma estratégia, que passa pela desburocratização e pela moderação das exigências. Comprometemo-nos a cooperar e a pugnar pela qualidade dos serviços.



Portanto, queremos moderação nas exigências e qualidade nos serviços”.

Por outro lado, e depois de muitos sinais a este propósito, relativamente a outras respostas sociais, o líder da CNIS lembrou que, “quando não há universalidade na resposta, não se deve avançar para a gratuidade, porque talvez não seja o melhor caminho, mas não compete ao Sector Social Solidário decidir”.

Frisando que as instituições são “um pilar do Estado Social”, o padre Lino Maia afirmou ter “pena que a Lei de Financiamento do Estado Social” não esteja já em vigor e assegurou ao primeiro-ministro que “o Sector Social Solidário é um importante amortecedor social”.

Por seu turno, Luís Montenegro revelou ter dado “muita atenção” ao acordo, “cuja rutura esteve iminente, como já foi referido” e que considerou um esforço de todo o Governo, apontando a presença na sala, para além da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho, da secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, do ministro da Educação e da Inovação e da secretária de Estado da Gestão da Saúde, Cristina Vaz Tomé, lembrando ainda o “omnipresente” Ministério das Finanças.

“Acabo este dia de trabalho a olhar e a concluir que bom que é liderar o Governo de um país que tem a responsabilidade do Estado e dos poderes públicos, mas pode contar com a sociedade para ser mais próspero, mais pujante, mais justo”, afirmou o primeiro-ministro,



que diz estar convicto de que Portugal “vai tirar proveito e não estragar” os bons resultados do país, a nível político, económico e social, considerando que “mal seria” se desperdiçasse a situação em que se encontra.

Luís Montenegro considerou que o acordo alcançado com as ERSSS “é um autêntico anteprojecto de uma Lei de Financiamento do Sector Social”, com que o Governo já se tinha comprometido antes da rejeição da moção de confiança que ditou a sua demissão e a convocação de eleições antecipadas.

“Estará prontinho para o próximo governo a poder finalizar, aprovar e colocar no ordenamento jurídico. A Lei de Financiamento do Sector Social Solidário vai ser uma realidade, porque este acordo que alcançámos não é igual aos outros, tem um método, ou seja, é um autêntico anteprojecto-lei”, sustentou, afirmando ainda: “E não há ninguém que vá ter coragem

Repartição equitativa das as respostas sociais



de não aproveitar uma coisa que está ali tão pronta, ainda para mais se, como eu tenho em perspetiva, se tratarem de pessoas que têm muito a ver com a sua formação e com a sua elaboração”.

Ainda sobre o Compromisso de Cooperação, Luís Montenegro classificou-o como “um esforço há muito reclamado, mas nunca concretizado” de definir os valores das respostas que o Sector Social Solidário presta como referência, para que haja “previsibilidade e justiça” na participação do Estado, lembrando que Sector Social Solidário não só “não deixa ninguém para trás e dá respostas que o Estado muitas vezes não consegue dar, o que não é pouco”, mas pode também “ser um motor de crescimento económico”.

O ainda líder do Governo considerou que “o Estado deve colaborar e convergir para o fortalecimento do Sector Social Solidário” e defendeu

que “o Governo não abdica do acesso às creches e ao pré-escolar para termos uma sociedade mais qualificada e justa”, sublinhando: “Quando qualificamos as crianças, qualificamos a sociedade e potenciamos o desenvolvimento económico”.

Por seu turno, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho, na abertura da sessão, começou por referir o “maior aumento de sempre nas participações” do Estado para o Sector Social Solidário, no valor de 220 milhões só para 2025, um valor que, disse, “contrasta com os 61,5 milhões anteriores”.

O número é o resultado de um estudo de um grupo de trabalho que atualizou o valor das várias respostas sociais.

Desta forma, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, o Compromisso de Cooperação 2025-2026 plasma que:

As respostas sociais Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Lar Residencial consolidam a atualização extraordinária de 3,5% realizada em outubro de 2024; as respostas sociais com acordos típicos e atípicos terão a participação financeira do Estado atualizada em 4,9%; a ERPI, para além de consolidar a atualização extraordinária de 3,5%, realizada em outubro de 2024, e da participação financeira atualizada em 4,9%, beneficia de um reforço de 7,1%; a Creche, além da participação financeira atualizada

em 4,9%, beneficia de um reforço de 3,8% (até 31 de dezembro de 2024 o pagamento deficitário era de 473,80€ e agora passa a ser de 515€); o Centro de Dia, além da participação financeira atualizada em 4,9%, beneficia de um reforço de 1,2%; o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), para além da participação financeira atualizada em 4,9%, beneficia de um reforço de 1,1%; o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) estabiliza na atualização extraordinária de 3,5%, realizada em outubro de 2024, pois, presentemente, a participação já ultrapassa os 50% dos custos; o CAFAP não tem qualquer atualização, porque, presentemente, a participação já é superior a 100% dos custos; o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) sem almoço não tem qualquer atualização, pois, presentemente, a participação já ultrapassa os 50% dos custos.

A ministra frisou que o Governo vê o Sector Social Solidário como um “parceiro estratégico”, considerando que o acordo agora assinado reforça a relação de confiança e “previne o risco iminente de fecho de várias instituições que prestam serviço social”.

“Ao mesmo tempo que dá maior previsibilidade a estas instituições e aos seus profissionais, que correspondem também a um sector muito importante do ponto de vista laboral”, lembrou.

Rosário Palma Ramalho recordou que a criação do grupo de trabalho que fez um “estudo inédito das necessidades sociais e do custo atualizado das respostas sociais, em conjunto com os parceiros do sector” foi essencial para o acordo, com “um sector que é economicamente muito importante”.

Pelos demais representantes do Sector Social Solidário, Joaquim Pequicho, vice-presidente da Confecoop - Confederação Cooperativa Portuguesa, elogiou o acordo, destacando o facto de o mesmo, “ir além das meras atualizações financeiras, mas ter um modelo de financiamento”.

“Já Luís Alberto Silva, presidente da União das Mutualidades Portuguesas, destacou o “papel crucial” do sector, mas também a “coragem do Governo em alterar o paradigma da cooperação”, o que faz com que as instituições se concentrem no mais importante, “apoiar quem precisa”.

Por seu turno, o presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, destacou a importância da estabilidade política e agradeceu o empenho de Luís Montenegro no processo para chegar ao acordo com as ERSSS.

“O Estado é o nosso maior parceiro, pelas pessoas e com as pessoas”, argumentou.

PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE

A ação humanitária em perigo

O ano começou mal para a ação humanitária global, com o encerramento da United States Agency for International Development, conhecida por USAID, que era o maior financiador mundial, num sinal de desinvestimento do país nesta forma de alívio do sofrimento humano, deixando um espaço vazio que outros muito dificilmente preencherão.

Os cerca de 14 mil milhões de dólares de ajuda humanitária do governo americano reportados em 2024 ao Serviço de Reporte Financeiro do Gabinete de Coordenação da Ação Humanitária das Nações Unidas (OCHA)¹, corresponderam a 43% do total mundial e, com pequenas flutuações, a importância da ajuda americana nos últimos anos tem sido sempre da mesma ordem de grandeza.

O lugar que os EUA deixam vago, total ou parcialmente a partir de agora, não poderá facilmente ser ocupado por outros doadores.

Mesmo antes desta alteração estratégica por parte dos EUA, as disponibilidades financeiras do mundo para fazer face às necessidades humanitárias eram muito baixas. Em 2024, o OCHA estimou as necessidades global de financiamento da ação humanitária em 49,5 mil milhões de dólares, mas os doadores apenas financiaram cerca de 48% das verbas solicitadas.

As notícias dão conta de que o fecho da USAID tem efeitos imediatos em alguns contextos humanitários já muito difíceis, como em Gaza, em que os EUA foram doadores cerca de um terço da ação humanitária desde o início da guerra.

Um memorando de Nicholas Enrich, responsável na área da Saúde da USAID, divulgado pelo New York Times² estima o impacto do fecho da USAID na malária (mais 18 milhões de infeções e 166 mil mortos), na poliomielite (mais 200 mil crianças paralisadas e centenas de milhões de infetados), na subnutrição (mais de um milhão de crianças não assistidas) e nas doenças hemorrágicas (mais 28 mil infetados em Ebola e Marburg por ano).

A nova administração americana procurou desacreditar a sua agência através de uma operação de desinformação, que procurou desacreditar o seu papel no mundo e apresentar esta profunda alteração na política exterior como

um gesto de aumento da eficiência da despesa pública.

Muitos países que dependiam até agora da USAID para satisfazer necessidades fundamentais das suas populações desfavorecidas. Terão necessariamente que voltar-se para outros doadores. Alguns esperarão mais da Europa, que, através da Comissão Europeia e de alguns dos seus Estados-Membros (em particular a Alemanha, os Países Baixos, a Suécia, a Dinamarca, a Bélgica, a Irlanda, a Itália e o Luxemburgo). Não se sabe ainda como a Europa, embrulhada numa política de rearmamento, responderá realmente a este novo desafio. Mas a União Europeia já fez saber que, se não recuará nos seus compromissos financeiros, também não pode preencher o espaço “deixado por outros”

Fala-se de a China ou mesmo a Rússia podem ocupar o vazio que os EUA deixam. Tal não será possível sem uma profunda inflexão política nestes países, tendo em conta que a China apenas reportou à ONU 7,9 milhões de dólares de ajuda humanitária em 2024 e a Rússia, 1,5 milhões. É certo que por razões políticas, ambos os países podem alocar fundos significativos análogos a ação humanitária fora do quadro

do sistema das Nações Unidas. O mesmo pode, quem sabe, fazer a partir de agora a administração Trump.

Mesmo que essa conjugação de gestos minore o efeito devastador da retirada do terreno humanitário dos EUA, é muito provável que o vazio da retirada dos EUA fique largamente por preencher. E mesmo que o seja parcialmente, por potências que não se comprometam com os princípios basilares do humanitarismo de humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, continuará a significar um duro golpe num sistema que durou décadas a erguer, tinha alguma autonomia dos interesses geopolíticos específicos de cada potência e, com todos os seus defeitos, procurava chegar onde estavam as necessidades.

Também neste domínio a Administração Trump está a abalar o mundo, para pior. Desistindo do mundo que ajudou a construir e de que era um princípio basilar desde a segunda guerra mundial, os EUA estão a trazer de volta o tempo sombrio das grandes potências fechadas na política de poder, o que augura tempos difíceis para as populações em sofrimento. Desse sofrimento não nascerá nem um mundo melhor, nem sequer um mundo mais seguro.



¹ [Pode aceder-se online ao histórico dos fluxos financeiros da ação humanitária comunicada ao OCHA em https://fts.unocha.org/](https://fts.unocha.org/)

² [Artigo acessível a subscritores do jornal em https://www.nytimes.com/2025/03/02/health/usaids-cuts-deaths-infections.html](https://www.nytimes.com/2025/03/02/health/usaids-cuts-deaths-infections.html)

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Vira virou

Pela terceira vez nos seus mandatos, o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa dissolveu o Parlamento antes do termo normal de cada uma das respectivas legislaturas, convocando, de cada vez, novas eleições e preparando-se para nomear, como das outras vezes, um novo Governo – tendo em conta os resultados eleitorais.

Encontramo-nos, pois, em pleno decurso de mais uma crise política, com o Governo diminuído dos seus poderes, reduzido ao exercício de meras funções de gestão corrente, sem poder executar o seu programa e inerte quanto aos meios para cumprir o seu desígnio para o País.

E esperando, como os outros agentes políticos, pelos resultados das eleições de 18 de Maio – daqui a dois meses – para o desenho institucional que sairá desse sufrágio.

Claro que todas as forças políticas que concorrem às eleições legislativas fazem-no para que lhes caiba o privilégio de formar governo, de mandar no País; e, nessa perspectiva, todas elas possuem um desígnio para Portugal.

Mas faz parte das regras que quem tenha o encargo de governar seja a força política que vencer as eleições.

Nessa perspectiva, ter sido escolhida a Aliança Democrática para formar governo, na sequência das eleições antecipadas que sucederam à demissão de António Costa, corresponde ao modelo padrão.

(Embora a primeira investidura de António Costa não tenha seguido esse mesmo padrão, uma vez que perdera as eleições e acabou a formar governo, com a Geringonça a assegurar-lhe a maioria dos votos no Parlamento – preterindo Passos Coelho, que as vencera.

A grande diferença é que Passos Coelho caiu, contra a sua vontade, porque a Geringonça, maioritária no Parlamento, chumbou o programa de Governo apresentado pela PAF; enquanto Luís Montenegro caiu por vontade própria, ao apresentar na Assembleia da República uma moção de confiança que sabia antecipadamente que seria chumbada.

Foi, aliás, o melhor Governo de António

Costa, com o acréscimo virtuoso de trazer pela primeira vez a extrema-esquerda parlamentar associada a uma solução de governo, alargando o chamado “arco da governabilidade”.)

Isto é, Luís Montenegro forçou a sua própria queda – no suposto de ir mais adiante aumentar o score de há um ano e recuperar, reforçadamente, a governação.

Quem anda nessa vida, e designadamente os partidos que historicamente se têm revezado no governo, não andam a correr para perder.

2 – A questão que, todavia, se pode colocar é a de saber se, sendo embora uma operação legítima – essa de o partido no poder, não correndo o risco de ser desapossado dele, forçar novas eleições, antes do tempo próprio, apenas com o objectivo de aumentar a sua bancada parlamentar – sendo embora legítima, como referi, será uma operação eticamente aceitável.

É certo que votar, em democracia, é sempre uma alegria e uma festa.

Vivi tempo que bastasse, durante a Ditadura, para saber melhor o sabor da liberdade.

E prefiro que haja eleições a mais do que eleições a menos.

Em 18 de Maio, se puder, lá estarei na assembleia de voto, a punir ou a premiar; ou as duas coisas em simultâneo.

De cravo na lapela, para saudar a festa da democracia. E para agradecer a Abril a liberdade de poder escolher quem me governe – e de despedir quem me desgoverne, se for o caso.

Não é por mim, pois, que o digo – mas a sucessão de eleições por causa diversa do termo normal da duração dos mandatos pode ser associada a uma desvalorização do processo eleitoral democrático como fonte de legitimidade: se eu voto para eleger os deputados e, em consequência, para escolher o Governo, e se este se demite da tarefa sem motivo, é possível pensar que o meu voto não serviu, em boa verdade, para nada.

Esta noção pode enfraquecer o regime de democracia liberal em que felizmente vivemos e engrossar o caudal das autocracias e do

populismo reaccionário que têm marcado os tempos que vivemos em cada vez mais numerosas e imprevisíveis partes do mundo.

3 –No mundo ideal, cada questão relativa a uma comunidade de pessoas deveria, em bom critério, ser decidida por todos os interessados, em assembleias segundo o modelo da democracia directa.

É o que defende o movimento anarquista.

Mas tal procedimento é inviável nas sociedades modernas, plenas de complexidade e de extensão.

Tem sido referido também como óbice à democracia directa a sua vulnerabilidade a fenómenos de demagogia.

O nosso modelo de organização – democracia representativa –, assenta na mediação, em que confiamos a delegados eleitos por nós a representação dos nossos direitos e interesses, para que os defendam na conjugação com os direitos e interesses dos outros elementos da nossa comunidade.

É esse modelo de organização que vigora no chamado Ocidente, que felizmente nos integra – e que constitui um espaço de liberdade e de tolerância.

Mas essa mediação exige estabilidade e previsibilidade.

É por tal razão que os mandatos dos titulares dos órgãos que constituem o poder político têm normalmente uma duração de 4 ou 5 anos.

Em Portugal, o mandato dos deputados dura, como regra, 4 anos.

Interromper a meio estes ciclos enfraquece a estabilidade e provoca uma mais rápida rotação dos Governos.

Foi essa uma das principais acusações ao funcionamento da I República, com os Governos a não durarem mais de uns meses e com a emergência de movimentos e partidos defensores de soluções autoritárias – o que conduziu à Revolução de 1926 e à mais longa ditadura da Europa no século XX.

O Povo é o mesmo; e as mesmas causas tendem a produzir os mesmos efeitos.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE ANTIME, FAFE

Instituição inicia comemorações das bodas e prata a 18 de maio

O Centro Social da Paróquia de Antime, concelho de Fafe, comemora 25 anos de atividade social em prol da população mais frágil.

Para assinalar as bodas de prata da instituição, a Direção do Centro Social está a elaborar um programa com diferentes iniciativas, umas de abrangência interna, destinadas aos seus utentes e famílias, e outras abertas à comunidade em geral.

As iniciativas em questão enquadram-se no plano de atividades para o ano de 2025, subordinado ao tema geral «Histórias que Tocam a Alma - 25 Anos de Memórias e Afetos».

Com estatutos aprovados desde 1992 e atividade social, nas atuais instalações, iniciada em maio de 2000, sempre sob a batuta do padre Alfredo Saleiro até 2022, ano do seu falecimento, a instituição celebra a data com “a firme intenção de poder continuar a prestar um serviço de qualidade e com o compromisso de alargar as suas respostas sociais voltadas para a pessoa idosa”, refere, em nota à redação, o padre José António Carneiro, presidente da instituição.



O início oficial das comemorações está agendado para dia 18 de maio, com uma eucaristia, na Igreja de Antime. É ainda intenção da Direção promover diversos contactos e parcerias para organizar, ao longo do ano, momentos lúdicos e culturais, incluindo um

Seminário sobre a problemática da pessoa idosa e o trabalho desenvolvido pelos Centros Sociais.

O Centro Social da Paróquia de Antime acolhe 10 utentes em ERPI e 15 em Centro de Dia e ainda apoio 15 idosos no SAD.

CIRE – CENTRO DE INTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO DE TOMAR

Inauguradas duas novas valências na comemoração dos 49 anos

O CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar celebrou, no passado dia 10 de fevereiro, 49 anos de vida e aproveitou a ocasião para inaugurar mais duas respostas sociais, concretamente, uma Residência Autónoma e uma Creche, num investimento total de cerca de 550 mil euros.

A Residência de Autonomia e Inclusão está situada nas Algarvias, num imóvel cedido ao

CIRE e cuja requalificação ficou a rondar os 148 mil euros, apoiado a 100% pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Já a Creche, com capacidade para 33 petizes, exigiu um investimento de 400 mil euros, com mais de metade, cerca de 255 mil euros, a ficar a cargo da instituição e o restante ao abrigo do PRR.

A inauguração contou com a presença

da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, do presidente da Câmara Municipal de Tomar, Hugo Cristóvão e foi dirigida pela presidente do CIRE, Célia Bonet, para além de muitos convidados e autoridades locais.

O edil nabantino recordou todos os que, ao longo dos anos, fizeram a instituição avançar e crescer, garantindo manter o apoio da autarquia.

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

160 anos de dedicação à ação humanitária em Portugal

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) celebrou, a 11 de fevereiro, 160 anos de dedicação à ação humanitária, aproveitando a ocasião para reafirmar o seu compromisso com a sociedade através das suas quatro áreas fundamentais: Social, Formação, Emergência e Saúde.

As comemorações tiveram início com um evento solene que reuniu altas entidades do Estado, parceiros estratégicos, voluntários, colaboradores e amigos da instituição.

A cerimónia contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, e da ministra do Trabalho, Solidariedade

e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, e foi igualmente marcada pela nomeação das novas Embaixadoras da CVP. Andreia Rodrigues, Fátima Lopes e Sofia de Castro Fernandes são as novas embaixadoras e, agora, “irão amplificar a missão e os valores da instituição junto da sociedade”.

No âmbito da celebração, a CVP foi distinguida com a mais alta condecoração do Estado, a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, atribuída pelo Presidente da República, um sinal de reconhecimento solene do papel essencial que a instituição tem desempenhado na proteção da vida, no apoio

às comunidades e na promoção da dignidade humana ao longo de mais de um século e meio.

O momento de celebração foi também de homenagem a todos aqueles que, dia após dia, fazem da Cruz Vermelha Portuguesa um símbolo de esperança e ação solidária.

Para os responsáveis da Cruz Vermelha Portuguesa a celebração “não foi apenas um marco na sua história, mas um renovado compromisso com o futuro: Com os olhos postos na inovação, no reforço de parcerias e na expansão das suas respostas, a CVP continua fiel ao seu propósito maior: proteger, socorrer e dignificar a vida humana, hoje e sempre”.

CASPAE - CENTRO DE APOIO SOCIAL DE PAIS E AMIGOS DA ESCOLA, COIMBRA

I Coimbra Social Summit debateu e refletiu o Terceiro Sector na região

O Convento São Francisco acolheu, nos dias 11 e 12 de fevereiro, a primeira edição do Coimbra Social Summit, uma organização da Câmara Municipal de Coimbra e do CASPAE (Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola).

A cimeira social debateu e refletiu sobre o Terceiro Sector e a sua importância no desenvolvimento de Coimbra e da região.

A primeira edição do Coimbra Social Summit levou ao Convento São Francisco mais de 300 participantes, envolveu 37 entidades, das quais 22 expuseram em stands, e foram apresentados 15 projetos sociais, além das três conferências e das duas mesas-redondas que promoveram uma reflexão conjunta sobre a importância do Sector Social na região de Coimbra.

O primeiro dia do evento foi dedicado à apresentação de 15 projetos, candidatados e selecionados pelo carácter inovador e relevante para o território, designadamente: Pedalar Sem Idade Portugal, da Capítulo de Coimbra; Smile, das Irmãs Hospitaleiras de Condeixa-a-Nova; Choc Choc Chocolate, da Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência; SUPERAção.com JOGOS, da Associação Inclusão Contacto; Calisense, da Associação Calioásis; Desporto Sénior, da União das Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades; Bolas de Salão, do Centro de Apoio Sem Abrigo; Projeto «Príncipezinho», da Associação Integrar; Um Castelo – Pedrinho a Pedrinha, d'A Pedrinhas; Quanto mais cedo melhor, da Associação Paralisia Cerebral de Coimbra; I9 Social, incubadora social, da Associação Escoliadas; Heróis da Lua Crescente, da Associação Portuguesa de Pais e Doentes com Hemoglobinopatias; CH – Reciclar Pessoas, da CrowdHelpers; Bairros ConVida, do Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola (CASPAE); Direitos Humanos: conhecer para mudar, da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra.

Os projetos apresentados destinam-se a diferentes público-alvo, que vão das pessoas idosas, crianças e jovens, pessoas com deficiência e incapacidade, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica, pessoas em situação de sem-abrigo a entidades com projetos de empreendedorismo e inovação social e comunidade em geral.

Já no segundo dia, o evento repartiu-se por duas conferências e três mesas-redondas, focadas na importância do Terceiro Sector no panorama nacional e regional e contou com a presença de 15 oradores e conhecedores da área temática.

“O papel do Terceiro Sector no combate à pobreza”, por Sandra Araújo, Coordenadora da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, abriu o ciclo e incidiu na apresentação das áreas chave e o papel do Terceiro Sector. Seguiu-se uma mesa-redonda que debateu o presente e o futuro do sector em Portugal e contou com



a participação de Manuel Coutinho, presidente do Instituto de Apoio à Criança, Maria José Miranda, em representação da CNIS, e Joaquina Madeira, presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal.

A tarde arrancou com a conferência «Percurso de Vida», conduzida por João Pedro Gaspar, presidente da PAJE, que deu voz aos testemunhos de jovens empreendedores ex-colhidos: Carolina Tê, assistente social; José Barata, empresário; e Marta Carvalho, estudante universitária. A segunda mesa-redonda do dia foi dedicada ao retrato do Sector Social na região de Coimbra e foi conduzida por Miguel Ângelo Marques, jornalista da SIC. Contou com a participação de Jaime Ramos, presidente da ADFP, Emília Bigotte de Almeida, presidente do CASPAE, Ana Cortez Vaz, vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, e Joana Fernandes, coordenadora do Observatório de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra (ObservAS-IPC).

A terceira e última conferência do evento contou com a participação de Pedro Portugal Gaspar, presidente da AIMA, que apresentou o Plano de Ação para as Migrações, designadamente a sua implementação, desafios e situação atual.

Ao longo dos dois dias do evento, os visitantes puderam conhecer a ação e projetos de

22 entidades da região de Coimbra. A saber: Capítulo de Coimbra, Irmãs Hospitaleiras de Condeixa-a-Nova (Casa de Saúde Rainha Santa Isabel), Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência, Associação Inclusão Contacto, Centro de Apoio Sem Abrigo, Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos (PAJÉ), A Pedrinhas, Associação Escoliadas, Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Almalaguês, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, Associação Portuguesa de Pais e Doentes com Hemoglobinopatias, Crowdhelpers, Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra, União de Freguesias de Coimbra, Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola (CASPAE), Cáritas Diocesana de Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga, Câmara Municipal de Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e ADFP (Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional).

“Em boa hora a Câmara Municipal de Coimbra abraçou o desafio colocado pelo CASPAE” e conseguiu “juntar as entidades sociais de Coimbra e da região, para a partilha de boas práticas, a troca de experiências e a apresentação de projetos sociais inovadores, proporcionando momentos de reflexão entre todos”, sustentou ainda Ana Cortez Vaz, vereadora da Ação Social de Coimbra, sublinhando o “sucesso” da iniciativa e revelando que “vai ser replicada numa segunda edição”.

Por seu turno, José Manuel Silva, presidente da Câmara Municipal de Coimbra, defendeu ser “absolutamente essencial” o “trabalho em rede, debater os problemas e procurar as soluções sempre em conjunto”, reforçando a ideia do trabalho conjunto: “Portugal é um país com muitas desigualdades sociais que temos a obrigação de combater e nenhuma organização o consegue fazer isoladamente”.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS

Estratégia Única 2025-2035 foi aprovada

Uma resolução que aprova a Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035 e que agrega as medidas existentes neste domínio foi publicada em Diário da República, com efeitos desde 01 de janeiro de 2025.

A medida foi aprovada em Conselho de Ministros este mês e integra os eixos do combate à pobreza, da garantia para a infância e dos direitos das crianças.

Na ocasião, a secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, explicou que esta estratégia não traz medidas novas, funcionando antes como um agregador das iniciativas que já existiam, “não estavam devidamente articuladas” e que se encontravam dispersas.

“Aquilo que fizemos, de certa forma, é tornar mais eficazes e articuladas todas as políticas, todos os agentes que têm a intervenção no que diz respeito à criança”, defendeu a secretária de Estado.

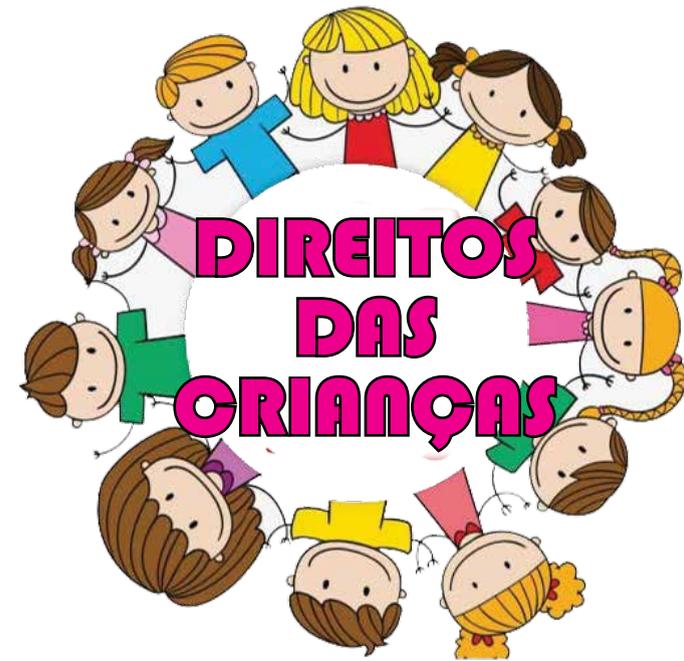
No documento publicado, o Governo sublinha que a estratégia está “alinhada com o

compromisso internacional para o desenvolvimento sustentável”, subscrito por Portugal e visa contribuir para a prossecução de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, preconizados na Agenda 2030 das Nações Unidas, nomeadamente a erradicação da pobreza, educação e saúde de qualidade, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis e ainda paz, justiça e instituições eficazes.

Uma das áreas consideradas estratégicas é a “política de tolerância zero” à pobreza e exclusão social das crianças e jovens, a par da segurança na era digital, entre outras.

As áreas estratégicas identificadas deverão resultar em planos de ação no horizonte temporal 2025-2031 e 2031--2035.

A estratégia decorre da avaliação aos instrumentos estratégicos existentes e nela se preconiza uma maior articulação entre todos os intervenientes com responsabilidade em matéria da infância e juventude, na prossecução das medidas consideradas essenciais ao desenvolvimento integral das crianças e jovens.



TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.

Assistência técnica especializada

Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

tsr PI Plataforma Integrada WEB

tsr UT Utentes	tsr CX Caixas e Pagamentos e Fornecedores
tsr B Bancos	tsr QI Qualidade 3ª Idade
tsr REN Rendas	tsr QJI Qualidade Infância e Juventude
tsr ASS Associados Irmãos	

saiba mais em tsr.pt

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

Elas são a maioria da população portuguesa

As mulheres são a maioria da população portuguesa e contribuem para uma das maiores taxas de participação no mercado de trabalho da União Europeia, mas ganham menos do que os homens em todas as categorias de profissões.

De acordo com informação da Pordata, a base de dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos, para assinalar o Dia Internacional das Mulheres, em 08 de março, as mulheres estão em maioria na população portuguesa (52%) e a proporção de mulheres aumenta ao longo dos escalões etários.

“Por cada 100 mulheres, existem 92 homens, colocando o país em 4.º lugar dos 27 países da União Europeia (UE27) com menor número de homens por cada cem mulheres”, refere a Pordata, sublinhando, no entanto, que o cenário varia consoante o escalão etário.

Entre o grupo dos zero aos quatro anos, há mais homens do que mulheres, “mas a proporção aumenta gradualmente até aos 70-74 anos (54,4% de mulheres)” e, segundo a Pordata, é “bastante superior no escalão etário mais elevado: a partir dos 100 anos, há quatro vezes mais mulheres do que homens”.

Em relação ao mercado de trabalho, “Portugal tem uma das maiores taxas da União Europeia de participação feminina no mercado de trabalho” e as mulheres portuguesas trabalham sobretudo a tempo inteiro, apesar de haver uma “grande precariedade de vínculos contratuais”, já que “quase uma em cada cinco mulheres tem um contrato de trabalho temporário”.

Por outro lado, quase metade (49%) das mulheres empregadas trabalhavam em três das categorias de profissões que auferem salários mais baixos e na categoria de trabalhadores não qualificados, as mulheres representam 69% do total de trabalhadores.

“Em todas as categorias de profissões (...) há uma disparidade de ganhos entre homens e mulheres -- sem exceção e penalizadora para a população trabalhadora feminina”, salienta a Pordata.



Destaca que as mulheres ganham, em média, menos 16% do que os homens, com uma diferença de 238 euros no ganho médio mensal, e que a desigualdade salarial aumenta com a progressão na carreira, atingindo uma diferença de 26% nos cargos de topo, o que equivale a menos 760 euros por mês para as mulheres.

Também nos cargos de topo e de liderança, a presença de mulheres “é significativamente inferior à dos homens” e, segundo a Pordata, “nos órgãos de decisão das empresas, havia menos de uma mulher por cada quatro homens (17%) nos cargos seniores”.

Esta situação coloca Portugal na base do ranking dos países europeus, ficando em 22.º lugar entre os 27.

A vulnerabilidade das mulheres reflete-se também no risco de pobreza que, no geral, é mais elevado do que nos homens. “Em particular, [é] mais elevado nas mulheres com 65 anos

ou mais, e maior também nas famílias monoparentais com filhos (onde, uma grande maioria -- 90%, o adulto sozinho com as crianças é mulher)”, refere a Pordata.

Já no que diz respeito à educação, as mulheres apresentam menores taxas de abandono escolar em comparação com os homens e têm uma presença significativa no ensino superior. “Entre os 25 e os 64 anos, 34% das mulheres concluíram a licenciatura, em contraste com 25% dos homens. Essa diferença torna-se ainda mais evidente na faixa etária dos 25 aos 34 anos, onde 48% das mulheres possuem um diploma universitário, em comparação com 35% dos homens”, diz a Pordata.

Noutro indicador analisado, a Pordata constata que as mulheres portuguesas têm vindo a adiar a maternidade, com a idade ao primeiro filho a ultrapassar os 30 anos, ao mesmo tempo que as gravidezes na adolescência têm diminuído.

MULHERES NA POLÍTICA

Portugal não fica mal na fotografia

Portugal tem níveis de representação feminina superiores à média mundial, com 36% de deputadas e 33% de ministras, indica um relatório divulgado por ocasião do Dia Internacional das Mulheres, que se assinala a 8 de Março.

O relatório “Representation Matters (A representação é importante)”, da empresa norte-americana de consultoria de gestão Oliver Wyman, em colaboração com o Banco Mundial e a organização Mulheres Líderes Políticas, analisa o impacto da representação feminina na política e a sua relação com o desenvolvimento económico, concluindo que “o PIB (produto interno bruto) global poderia

crescer mais de 20% na próxima década se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades económicas e políticas que os homens”.

Segundo um comunicado sobre o estudo, a nível mundial as mulheres ocupam apenas 26% dos assentos parlamentares e 23% dos cargos ministeriais, enquanto no Parlamento Europeu a representação feminina desceu um ponto percentual em 2024, para os 39%.

“A disparidade é ainda mais evidente na liderança governamental, onde apenas 27 dos 193 países do mundo são liderados por uma mulher, sendo que, em apenas 15 destes países, elas detêm poder real de decisão”, indica o comunicado, acrescentando que “se o ritmo

atual de progresso se mantiver, serão necessários mais de 40 anos para alcançar a paridade política a nível global”.

Além da política, as mulheres também enfrentam barreiras para aceder a posições de liderança na economia e “ganham, em média, apenas 80% do rendimento dos homens e têm menos de dois terços dos direitos legais” atribuídos a estes. Em 2024, as mulheres em Portugal ganharam em média menos 242 euros por mês que os homens, valor que era de 141 euros em 2014, o que significa que em 10 anos a diferença aumentou 71,63%, segundo uma análise da empresa de recrutamento Randstad Research.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Estagflação: um risco real?

Os que fazem a misericórdia de seguir este meu espaço de crónica sabem como abomino a inflação.

A inflação é o mais injusto dos impostos. Em ambiente inflacionário desencadeia-se uma luta de todos contra todos pela distribuição do bolo económico, luta na qual os perdedores são os mesmos de sempre: os mais frágeis, os que não têm voz...

É por isso que costumo dizer que a inflação não é apenas um problema económico, é também um tema de moral.

Que notícias nos chegam desta frente? Na zona euro a inflação em janeiro de 2025 subiu ligeiramente para 2,5% em relação aos 2,4% de dezembro de 2024, sendo que para fevereiro se estima uma ligeira descida para um valor similar ao de dezembro. Em Portugal o valor da inflação de janeiro foi de 2,7% enquanto para fevereiro se estima uma descida para 2,4%.

Não devemos esperar que o caminho para o retorno aos mágicos 2% de que o BCE tanto gosta seja breve ou linear. Como sempre defendi, provavelmente vai levar mais algum tempo do que estimavam os mercados e os mais otimistas, embora a tendência geral descendente, ainda que com altos e baixos temporários, pareça clara.

Em última análise tudo se joga na moderação salarial. Segundo o BCE a taxa de variação dos salários nominais terá atingido o pico em 2024 onde o crescimento médio ficou ligeiramente por baixo dos 5%. Para 2025 espera-se uma maior moderação na variação dos salários nominais que deverão cair para a casa dos 3%.

É fácil perceber como a moderação salarial é fundamental para o controlo da inflação.

Como é óbvio o aumento dos salários implica aumento de custos para qualquer setor de atividade. Há, contudo, um setor onde o tema é especificamente mais complicado – o setor dos serviços.

Naturalmente que o setor de serviços é muito diversificado e abarca desde subsectores de alta tecnologia, alto valor acrescentado e salários elevados até atividades de baixa qualificação e salários deprimidos.

Seja como for, em geral, no setor de serviços os salários são a maior componente dos custos empresariais e, por isso, quando os salários nominais sobem os preços nos

serviços tendem a subir mais ou menos na mesma proporção.

É o que está a acontecer atualmente na zona euro. A inflação nos serviços é de 3,7% e, como o peso dos serviços no índice geral dos preços é apenas ligeiramente inferior a 50%, verifica-se que a contribuição dos serviços para o índice geral é pouco menos de 2%.

Fica claro que enquanto os serviços tiverem aumentos de preços próximos de 4%, para que o índice geral ficasse nos mágicos 2% seria necessário que os restantes contribuintes do IPC, a saber, comida, energia e bens industriais não energéticos, tivessem um contributo nulo, isto é, que os respetivos preços fossem constantes. Não é provável e daí a afirmação de que ainda vai levar algum tempo e alguma moderação na variação de salários nominais para chegar ao objetivo do BCE.

O curioso é que vamos ter um período de inflação em excesso a conviver com uma economia europeia a passar por uma fase de baixo crescimento. Em 2024 a área euro terá crescido 0,7% e para 2025 prevê-se algo próximo de 1,1%.

Os atuais indicadores avançados são tudo menos exuberantes. O PMI composto para fevereiro de 2025 é de 50,2 (abaixo de 50 significa retração), com o setor industrial a marcar 46,6, ou seja em zona de contração e com os serviços a registar 50,7, portanto, em zona de expansão muito moderada.

Por outro lado, os fatores geopolíticos estão claramente inclinados para o lado negativo, nomeadamente a ameaça por parte de Donald Trump da aplicação de tarifas sobre as importações americanas de mercadorias europeias, eventualmente na casa dos 25%.

Neste contexto será que existe o risco de a zona euro entrar em estagflação?

A estagflação é o pior de dois mundos, é uma situação em que convivem taxas de inflação elevadas com níveis de atividade económica e emprego relativamente baixos.

A estagflação é uma aberração para os economistas, ou seja, algo que, em teoria, nunca deveria acontecer. Os economistas gostam de acreditar que existe um trade-off entre emprego e inflação. Se queremos um pouco mais de emprego temos de tolerar um pouco mais de inflação, se queremos inflação

mais baixa temos de conviver com um pouco mais de desemprego.

Não obstante o estatuto de aberração teórica da estagflação, a verdade é que já aconteceu no passado.

Em Portugal, no final dos anos setenta e no início dos anos oitenta do século XX, as taxas de desemprego chegaram a andar perto dos 10% com taxas de inflação que, em algum momento, rondaram os 30%.

Será que corremos o risco de, na Europa, voltar a registos como os que se viram há cerca de cinquenta anos? Podemos estar à beira de um novo ciclo de estagflação?

É evidente que, caso o tresloucado que atualmente desgoverna os Estados Unidos nos arraste a todos para uma guerra comercial planetária, as consequências económicas podem ser desastrosas para a Europa, para os Estados Unidos e para a economia global.

É também certo que essas consequências nos vão encontrar numa situação em que a inflação ainda não está totalmente controlada.

Seja como for não creio que uma guerra comercial tout court, caso se chegue a esse ponto, implique necessariamente uma situação de estagflação.

Lembrar que a estagflação de há meio século foi o resultado de uma crise energética a que se juntou uma dinâmica autoalimentada de preços – salários – preços.

Não se vislumbram sinais de uma qualquer crise energética que empurre os preços da energia para níveis sustentadamente elevados nem tampouco as condições sócio económicas atuais parecem compatíveis com uma dinâmica de salários e preços em autoalimentação.

Com as tresloucadas políticas económicas que se anunciam do outro lado do Atlântico existem uma série de riscos, alguns dos quais bem sérios, contudo, creio que a queda num regime de estagflação não é um desses riscos.

Um tema interessante é antecipar o caminho futuro das taxas de juro na situação absolutamente anómala que vamos vivendo. Curiosamente, começam a emergir divergências no seio do conselho de governadores do BCE sobre o tema.

Um assunto interessante a que voltaremos numa próxima crónica.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



O poder das mulheres

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

BEATRIZ ÂNGELO FOI A PRIMEIRA A VOTAR

Direito de voto das mulheres portuguesas começou numa ousadia em 1911

A história do direito das mulheres portuguesas ao voto começou na ousadia de Carolina Beatriz Ângelo, em 1911, registou avanços durante o Estado Novo como forma de controlo, mas só o 25 de Abril o consagrou em pleno.

Médica, republicana e sufragista, Carolina Beatriz Ângelo foi a primeira mulher a votar em Portugal nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 28 de maio de 1911, aproveitando uma brecha na lei que definia como eleitores os cidadãos que soubessem “ler e escrever” e fossem “chefes de família”.

Com formação superior e viúva, Carolina reunia as condições para votar, e assim fez.

Este foi o primeiro marco de um longo caminho que o movimento sufragista e feminista fez em Portugal até ao pleno acesso das mulheres (e homens) ao voto, cujos 50 anos foram assinalados na Assembleia da República numa sessão solene evocativa proposta pelo Livre.

“Por causa dessa ousadia, como na altura se chamou, a lei eleitoral em 1913 foi alterada, passando a designar como cidadãos eleitores apenas os do sexo masculino, para evitar que as mulheres recorressem a esse argumento semântico-jurídico do conceito de cidadão para exercerem o seu direito de voto”, explicou à Lusa a investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA-FCSH, Fátima Mariano.

A alteração à lei “frustrou as aspirações” das feministas, que tinham acreditado nas promessas do Partido Republicano Português, mas acalmou os anseios dos políticos republicanos, preocupados que “as mulheres votassem nos partidos mais conservadores e os afastassem do poder” num período conturbado a nível político e económico.

Em 1931, a ditadura militar concede o voto muito restrito - condicionado por habilitações literárias ou lucros financeiros - a algumas mulheres “apenas para a eleição dos vogais das juntas de freguesia e das câmaras municipais, mas de facto há um voto já da mulher”.

Utilizando o mesmo argumento dos republicanos para não conceder o direito ao sufrágio, o novo regime considerou que “dando o voto às mulheres conservadoras” isso iria legitimá-lo.

Na obra “Às Urnas. A reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821-1934)” (Imprensa de Ciências Sociais, 2022), Fátima Mariano realça que, ironicamente, “as promessas que os homens da I República nunca cumpriram, apesar da insistência das associações sufragistas, seriam satisfeitas por um regime de cariz católico e antiliberal”.

O Estado Novo, que “promoveu o retorno ao modelo tradicional de família, e impôs o regresso das mulheres ao lar e a glorificação do seu papel enquanto

esposas, mães e donas de casa”, tinha, contudo, um objetivo em mente.

“A aprovação do sufrágio feminino e a eleição das primeiras deputadas não surgiram como resposta às pressões das sufragistas, mas como forma de travar o feminismo laico e maçónico, de reorientar as mulheres para os valores cristãos (dos quais se tinham afastado) e de as controlar, remetendo-as de novo para o espaço privado e ocupando-as com atividades de natureza caritativa”, é explicado na obra.

Neste contexto, foi em ditadura que foram eleitas as três primeiras mulheres deputadas (Domitila Hormizinda de Carvalho, Maria Cândida Parreira e Maria Guardiola) que tinham uma ação política restrita, não intervindo sobre “assuntos mais económicos ou financeiros”.

Em 1968, é aprovada pela primeira vez uma lei que equipara o sufrágio feminino e masculino, exigindo a homens e mulheres os mesmos requisitos para votar, ainda com limitações.

Foi a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, que consagrou este direito em pleno. A Constituição de 1976 estabelece que “têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de dezoito anos”, sem distinções de sexo ou de outro tipo, algo que se mantém até hoje.

Interrogada sobre o facto de Portugal nunca ter tido uma mulher como Presidente da República ou primeira-ministra eleita, Fátima Mariano salientou que as tarefas domésticas e o cuidar da família ainda recaem muito sobre as mulheres, diminuindo o seu tempo.

“É verdade que já passaram 50 anos e que as coisas deveriam ter mudado se calhar um pouco mais, mas é um caminho que nós temos que continuar a percorrer e a batalhar todos os dias”, afirmou.

DR



Lavandarias Profissionais IPSS

Parceiro Oficial Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt